

Confrontos pelo poder: Cuiabá como palco das disputas políticas e o assassinato de Antônio Paes de Barros (1903-1906)

Gilmara Yoshihara Franco^{1*}

Resumo: O texto trata do assassinato do presidente do estado de Mato Grosso Antônio Paes de Barros, ocorrido em Cuiabá, cidade que era palco central das disputas políticas no estado, em julho de 1906. O presidente, antes aliado do grupo político liderado pelos irmãos Joaquim e Manoel Murinho, foi morto quando buscava tornar-se ele próprio um mandatário local. Após a sua morte, Totó Paes, como era conhecido, tornou-se o símbolo da fase mais violenta das lutas políticas em Mato Grosso e sua memória acabou sendo “demonizada” por seus adversários. O presente artigo se utiliza de referenciais como biografias, memórias e de textos jornalísticos, para compreender o papel desempenhado por Antônio Paes de Barros na cena política mato-grossense. Mais do que o episódio do assassinato do presidente, o presente artigo busca tomar o evento para analisar as práticas políticas e o exercício do poder em Mato Grosso nos anos iniciais da Primeira República.

Palavras-chave: Cultura política. Primeira República. Conflitos políticos.

Pensar o momento inicial da República a partir das dimensões do político, de forma a considerar valores, práticas e representações significa enveredar-se pelas especificidades regionais e fazer emergir os múltiplos cenários de (re)ordenamento do político que se descortinaram depois de instituída a República no Brasil.

Um exemplo é o caso de Mato Grosso², onde, embora as lideranças políticas tenham saudado a República sem quaisquer resistências, logo passaram a

¹ Doutora em História pela Unesp/Franca. Professora da Universidade Federal de Rondônia-Unir, *campus* de Rolim de Moura. E-mail: gilmara.franco@unir.br

formar partidos políticos em torno de liderança mais ou menos destacadas desde período imperial e a disputar os espaços de poder que o novo regime oferecia.

Em outras palavras, o que se observa é que o regime republicano descortinou em Mato Grosso um cenário de acirradas disputas pelo poder. Nesse sentido, verificou-se ali um contexto complexo que envolvia partidos políticos incipientes e atores políticos capazes de influenciar e mobilizar o poder econômico, prestígio político e homens armados dispostos a lutar. Estas características passaram a compor, por excelência, o universo político do estado.

Durante os anos de maior instabilidade, as lutas pelo poder em Mato Grosso foram pautadas, em diversas ocasiões, pelo uso explícito da violência. Nesse sentido, a ideia de violência é compreendida como parte das estratégias do jogo político e, assim, entendida como inerente às relações de poder. Essa conjugação entre poder e violência, presente explicitamente no início do período republicano em todo o Brasil, não significa que poder e violência sejam tomados como sinônimos. Significa, ao contrário, que o campo político naquele período não contava com pressupostos bem definidos e que, portanto, ante a complexidade, em muitas situações, as divergências extrapolavam a esfera dos debates e o uso da violência era instrumentalizada para fazer valer os interesses dos mais fortes.

O uso político da violência foi mais visível em Mato Grosso, nos enfrentamentos armados ocorridos em 1892, 1899 e 1906. Entendemos tais conflitos como parte do processo de (re)acomodação e rotinização das práticas políticas que marcaram o período inicial do regime republicano em Mato Grosso.

De todos os confrontos, o mais intrigante, sem dúvida, foi o de 1906, que culminou com o assassinato do então governador Antônio Paes de Barros. O episódio chama a atenção, pois, tanto a classe política quanto a historiografia mato-grossense contribuíram para associar a figura do governador assassinado com o que de pior a atividade política local pôde produzir.

Para compreender o papel desempenhado por Antônio Paes de Barros e o

² Até o ano de 1977 o estado do Mato Grosso compreendia a região que vai da divisa com o estado do Amazonas, ao norte, até a divisa com os estados de São Paulo e Paraná. A partir daquela data, a região foi desmembrada. No sul do estado surgiu, então, Mato Grosso do Sul. Neste texto, ao mencionarmos Mato

processo de “demonização” de sua biografia, pretendemos percorrer o contexto em que deu sua atuação política. Para tal objetivo, procuramos interpretar a construção de sentidos dos confrontos pelo poder, ocorridos em Mato Grosso, nos anos iniciais da República. Esta análise é, sobretudo, uma forma compreender uma das etapas de rotinização das práticas políticas locais e, além disso, entrever os vestígios da cultura política nacional que, naquela conjuntura, mobilizava os atores sociais em torno da (re)organização do campo político aos moldes republicano.

Alianças e dissensões: as disputas protagonizadas por Generoso Ponce e Joaquim Murinho e a ascensão política de Antônio Paes de Barros

Para refletir sobre o desfecho dos conflitos ocorridos em Mato Grosso no ano 1906, será necessário, inicialmente, situá-los no interior no processo de acomodação das forças políticas que emergiram no estado após a Proclamação da República.

Em 1892³, Generoso Ponce e os irmãos Joaquim e Manoel Murinho selaram uma aliança que durou até 1899. Todavia, naquele ano, o prestígio e a força política que gozavam os principais protagonistas do recém-formado universo político republicano mato-grossense não conseguiu mais tornar como convergente os interesses que passaram a ser individuais. Seguiu-se então, um tumultuado processo de ruptura do pacto celebrado entre Ponce e os Murinhos. Os primeiros indícios de divergência e ruptura no interior do grupo que conduzia a política mato-grossense ocorreram em 1898.

Um fato que marcou o início do fim da aliança Ponce/Murinho foi um incidente envolvendo o então senador Generoso Ponce, em uma de suas viagens do Rio de Janeiro a Cuiabá. Ocupante, simultaneamente, dos cargos de

Grosso, estamos nos referindo ao estado íntegro, indiviso, uma vez que o objeto em análise se localiza temporalmente na virada do século XIX para o XX.

³ Com a Proclamação da República, em 1889, o então chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca indicou para o governo de Mato Grosso Antônio Maria Coelho, militar que havia liderado as forças do exército na retomada de Corumbá, durante a Guerra do Paraguai. Após assumir o governo, Maria Coelho logo tornou-se opositor de políticos como Generoso Ponce, dos irmãos Joaquim e Manoel Murinho e de Antônio Azeredo. As tensões entre estes levou a um enfrentamento armado, ocorrido em 1892. Na luta, o grupo de Generoso Ponce saiu-se vitorioso e consolidou-se a frente do poder em Mato Grosso.

presidente da Assembleia Legislativa estadual e senador da República, ele estava para desembarcar no porto da capital de Mato Grosso logo nos primeiros dias de 1898⁴. Vindo do Rio de Janeiro, juntamente com do Deputado Joaquim Caracciolo Peixoto de Azevedo, o objetivo do senador era rever os correligionários e iniciar as articulações do processo de eleição para o executivo e legislativo local, que ocorreriam no ano seguinte, 1899. Curiosamente por aqueles dias,

O então chefe de política interino, (...), major Frederico Adolfo Joseti, expediu ordens, suspendendo a circulação dos bondes, em vista da pouca segurança dos carros em serviço. Para dar cumprimento a essa ordem fez postar na respectiva estação uma guarda composta de quatro praças (...).

Regressando do segundo distrito um dos carros, foi seu condutor intimado a não prosseguir na carreira. Acatando, como lhe cumpria, a intimação, quando dentre os passageiros partiu outra intimação, mas em sentido contrário:

- SIGA O BONDE, SIGA!

Quem assim imperiosamente determinava era o Senador Generoso Ponce, chefe do partido situacionista, cujo prestígio era ilimitado (MENDONÇA, 1970, p. 84, destaques do autor).

A ordem do senador Ponce foi suficiente para motivar os pedidos de exoneração do chefe de polícia e de afastamento do governador Antonio Corrêa da Costa, um seu correligionário, conforme pode ser verificado no jornal *O Republicano* de 27 de janeiro de 1898⁵. A nota não estava seguida de nenhum comentário, fato que chama atenção, vez que, o mencionado periódico transbordava, ao longo de todas as suas páginas, em comentário e matérias políticas de toda ordem. Em Mendonça (1970) e Corrêa (1985) consta que a alegação dada pelas autoridades para deixarem seus cargos seria a arbitrariedade de Ponce em contrariar uma ordem oficial.

Todavia, o ato de Ponce parece desproporcional ante a atitude das autoridades locais. Outro fato que causa estranheza é o serviço de bondes ter sido paralisado justamente nos dias que cercavam a chegada do senador à Cuiabá, que fora amplamente noticiada na imprensa local.

Dado o prestígio de Ponce, o mais lógico teria sido que as responsáveis apressarem o concerto do bonde para “fazer bonito” diante do “eminente”

⁴ Notícia de *O Republicano* de 23/01/1898(Arquivo Público de Mato Grosso) retrata como foi festiva a passagem de Generoso Ponce por Corumbá, e noticia sua chegada, no dia anterior, a capital Cuiabá. Esta edição de *O Republicano* se encontra parcialmente danificada, recorreremos à bibliografia que dispõe sobre o caso do “Siga o Bonde”.

senador. Desse modo, da forma como é registrado pelos autores acima citados, o caso do “siga o bonde” não deixam claras as reais motivações para a atitude do então governador e do chefe de polícia pedirem afastamento de seus respectivos cargos. Ao que tudo indica estas ações estavam relacionadas aos rumos que a política, àquela altura, estava tomando.

O “caso do bonde” é, portanto, o primeiro indício de mudança na relação de poder até então vigente entre as figuras mais proeminentes da oligarquia mato-grossense, Generoso Ponce e os irmãos Murtinho. Ao longo de 1898 a dissensão intraoligárquicas em Mato Grosso ganhou formas claras: Joaquim Murtinho ganhou ainda mais força política, sobretudo quando foi nomeado de Ministro da Fazenda do governo de Campos Salles (1898-1902). Desde então, ele e seu irmão, Manoel, capitanearam forças para isolar politicamente Generoso Ponce, único líder capaz de fazer frente aos interesses dos Murtinho em Mato Grosso.

A ruptura intraoligárquica, ocasionada pelos rumos que ganhou a campanha de sucessão ao governo de Mato Grosso, marcou o fim da aliança entre os Murtinho e Generoso Ponce e polarizou a disputa eleitoral: de um lado, João Feliz de Azevedo Peixoto, lançado e apoiado por Generoso Ponce; de outro, José Maria Metello, candidato dos dissidentes capitaneados por Manoel Murtinho. O resultado do pleito foi favorável ao candidato lançado por Generoso Ponce. Todavia, a chapa derrotada saiu à grita. A alegação: fraude nas eleições.

Considerando fraudulentas essas eleições, o usineiro Antonio Paes de Barros (*coronel* Totó Paes), ex-aliado de Ponce que, todavia, não havia emprestado o seu apoio ao candidato poncista, levantou uma força, a *Divisão Patriótica Campos Salles*, (...) para impedir que a Assembléia Legislativa reconhecesse a vitória dos candidatos eleitos. (CORREA, 1985, p. 112. Destaques do autor).

O que se seguiu de abril (data original das eleições) até agosto de 1899 (ocasião em novo pleito foi realizado) foi um processo permanente do uso político da violência, que, tendo a frente às tropas arregimentadas por Antônio Paes de Barros, que formaram a Divisão Campos Salles, contribuiu para fazer valer o projeto dos Murtinho: a realização de novas eleições.

⁵ Fonte disponível no Arquivo Público do estado de Mato Grosso – APMT.

O novo pleito, esse sim reconhecido como legítimo, consagrou a ascensão ao governo do estado do capitão de mar e guerra Antonio Pedro Alves de Barros, correligionário de Joaquim Murtinho. Nas negociações para esta chapa, mesmo sob pressão, Ponce conseguiu impor o nome de João Alves de Barros (irmão de Totó Paes, mas aliado de Ponce), como primeiro vice-presidente e, o coronel João Ferreira Mascarenhas conhecido como Jango Mascarenhas, na posição de segundo vice-presidente.

Durante a gestão do capitão-governador Antonio Pedro Alves de Barros (15/08/1899 à 14/08/1903), a tensão que pairava sobre a política mato-grossense não arrefeceu um milímetro sequer. Ao contrário, o que ocorreu foi o recrudescimento da violência. A intensão das forças do governo, aliadas aos irmãos Murtinho, era afastar a influência que Generoso Ponce exercia na cena política estadual.

Nesse cenário verifica-se, então, a ascensão de Antônio Paes de Barros. Nascido em Cuiabá, em 1851, ele era dono de uma das mais modernas usinas de açúcar de Mato Grosso, Itaici⁶, e havia ingressado na política estadual na virada do século XIX para o XX. Eleito deputado estadual, tornou-se, rapidamente, um aliado dos Murtinho. Por ser capaz de arregimentar um grande contingente de homens em armas Antônio Paes de Barros – que não tinha nenhum parentesco com o governador – tornou-se peça central do jogo político que os irmãos Murtinho tentavam implementar em Mato Grosso.

Para tentar afastar a influência de Generoso Ponce e de seus correligionários os enfrentamentos e as ações de violência política, culminaram com mortes e perseguições praticadas pelos homens que estavam sob as ordens do governo e eram arregimentadas por Antônio Paes de Barros e por seu genro, João Aquino Ribeiro, que ocupava o posto de chefe de polícia.

Os confrontos armados ocorridos durante o governo de Antonio Pedro Alves de Barros resultaram em um duro golpe ao grupo político de Generoso

⁶ A indústria do açúcar e derivados era uma das mais pujantes de Mato Grosso. Assim como Itaici outras usinas e engenhos movimentavam a economia cuiabana e, desse modo, desse setor econômico emergiram algumas das mais influentes personagens políticas de Mato Grosso de fins do século XIX e início do XX. Cf: PÓVOAS, Lenine C. O ciclo do açúcar e a política em Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT, 2000.

Ponce. Diante daquele contexto o próprio Ponce, buscou refugiar-se no Paraguai⁷ a fim de reorganizar suas bases.⁸

Em pouco tempo o dono da Usina Itaiací se firmou como liderança no estado, tornando-se, além de empresário de sucesso, uma força política imbatível. Em 1903, com apoio dos Murtinhos, acabou se elegendo ao governo de Mato Grosso. Todavia, as divergências entre Antônio Paes de Barros e Generoso Ponce continuaram latentes, a espera de momento oportuno para serem colocadas em “pratos limpos”.

A trajetória da derrocada: a ruptura da aliança com os Murtinhos, o enfrentamento armado de 1906 e o assassinato de Antônio Paes de Barros. Ele foi eleito Presidente de Mato Grosso para o quadriênio 1903-1907. Sua vitória, como dito anteriormente, foi garantida pela aliança estabelecida com os Murtinhos. Ao assumir o mando local, o então governador, buscou, gradativamente, afastar-se dos seus aliados. Ao que parece, seu objetivo passou a ser a constituição de outro núcleo de poder que tivesse ele, Antônio Paes de Barros, como centro.

Entre os posicionamentos que denotam o afastamento de Totó Paes em relação aos seus aliados, estão: 1) o apoio à assinatura do Tratado de Petrópolis (1903); 2) a implementação de medidas que visavam aumentar a fiscalização e a arrecadação de impostos sobre os principais produtos explorados no Estado: a borracha e a erva-mate, que contraria interesses estabelecidos como os da Cia. Matte Larangeira; 3) a tentativa de conseguir empréstimo no exterior para financiar o *déficit* das contas públicas do Estado; 4) a tentativa de reformar a Constituição estadual para assegurar sua reeleição. Todas essas medidas contrariavam a orientação do grupo que havia promovido sua eleição. Desse

⁷ Enquanto esteve no Paraguai, Generoso Ponce criou uma jornal chamado *A Reação*, por meio do qual travou intensa campanha contra Antônio Paes de Barros, os irmãos Joaquim e Manoel Murtinho e o senador José Maria Metello.

⁸ Dentre as ações de violência, de caráter político ocorridas durante o governo de Antônio Pedro Alves de Barros que resultaram no desmantelamento do grupo de Generoso Ponce estão a morte de 17 de seus aliados na localidade denominada Baía dos Garcez. A morte de Jango Mascarenhas nos embates que ocorreram no sul de Mato Grosso e a perseguição a correligionários, como Antônio Cesário de Figueiredo, ex-presidente do estado, que os obrigou a fugir do estado em direção ao Rio de Janeiro ou a países vizinhos como o Paraguai. Sobre o assunto ver: CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

modo, de aliado, Antônio Paes de Barros passou, em pouco tempo, a ser visto como ameaça⁹.

Aos poucos os aliados de Totó Paes passam para a oposição. A reunião de seus adversários deu no contexto dos debates que ocorriam em âmbito nacional, visando articular o nome do sucessor do então Presidente da República, Rodrigues Alves.¹⁰ Os opositores ao Presidente da República, que era aliado do governador de Mato Grosso, reuniram-se em torno de uma agremiação suprapartidária denominada Coligação.

Ao mesmo tempo em que se colocaram contra Rodrigues Alves, reunindo esforços em âmbito nacional para articular a candidatura do mineiro Afonso Pena ao Catete, lideranças políticas mato-grossenses baseadas no Rio de Janeiro (leia-se Antônio Azeredo, José Maria Metello e os irmãos Joaquim e Manoel Murtinho) reuniam forças para, também, combater Totó Paes, em Mato Grosso.

Dentre as primeiras medidas tomadas para fazer frente à atuação de Antônio Paes de Barros em Mato Grosso destaca-se a criação do periódico *A Coligação*. O jornal começou a circular em outubro de 1905 anunciando que a Coligação em Mato Grosso "deixa de ser representante de um dos partidos existentes no Estado, para ser (...) órgão de uma vasta agremiação política". (APMT, 1906, p. 01). Em outras palavras, diferentemente do que ocorreu em âmbito federal, a Coligação em Mato Grosso tornou-se uma agremiação partidária, cujo objetivo central era esvaziar o Partido Republicano Constitucional, que tinha em Totó Paes sua maior liderança, para, com isso, isolá-lo politicamente.

⁹ Para os detalhes do processo que culminou com a ruptura da aliança entre Antônio Paes de Barros e o grupo político que o sustentava, ver: FRANCO, Gilmar Yoshihara. *A o(я)dem republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização das práticas políticas – 1889-1917*. 231 fls. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"-UNESP, Franca-SP, 2014.

¹⁰No segundo ano do governo de Rodrigues Alves, 1904, começaram as tratativas para a sucessão presidencial. O processo de escolha dos nomes que concorreriam ao cargo colocou em questão a hegemonia até então exercida por São Paulo, uma vez que Estados como Minas e Rio Grande do Sul pleiteavam maior participação na condução política do país, revelando a provisoriade dos arranjos políticos, aspecto comum na política republicana, bem como os limites da "política dos governadores" em garantir a continuidade do poder nas mãos de um único grupo/partido. Em torno do núcleo formado pelos Senadores Pinheiro Machado, Rui Barbosa, Antônio Azeredo, Joaquim Murtinho, articularam-se aqueles contrários à indicação do paulista Bernardino de Campos, feita por Rodrigues Alves, ao cargo de presidente da República, dando origem ao chamado Bloco ou Coligação. A atuação desse grupo constituído como um movimento suprapartidário tinha como finalidade precípua a defesa da candidatura do mineiro Afonso Pena para a presidência da República. Sobre o assunto, ver: VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Nesse sentido, o caminho apontado pelas lideranças mato-grossenses vinculadas nacionalmente à Coligação para contrapor-se ao que chamavam de "desmandos" de Antônio Paes de Barros em Mato Grosso, foi o da recomposição da aliança entre os Murtinhos e Generoso Ponce, desfeita em 1899.

O encontro entre Manoel Murtinho e Generoso Ponce ocorreu em Corumbá, cidade onde Ponce residia desde que retornou do Paraguai, em 1903, tendo sido mediado pelo Cel. Serzedêlo Corrêa, que logo em seguida, se tornaria Deputado Federal por Mato Grosso (1906-1908). (PORTELA, 2006, p. 96). A reunião selou um novo pacto político e propôs um esforço para lançar candidatos ao Senado e à Câmara Federal que pudessem dar sustentação à Coligação mato-grossense. Para Generoso Ponce aquela era a oportunidade de retornar a cena política e, ao mesmo tempo, vingar-se de Totó Paes.

A estratégia traçada pela Coligação mato-grossense foi bem articulada e exitosa. No pleito realizado em começos de 1906, os candidatos ao Congresso Nacional, lançados pela Coligação em Mato Grosso venceram as eleições. Depois da vitória, o jornal *O Estado*, ligado a Totó Paes, dava como certo que estava em curso o processo de arregimentação de forças para um levante contra ele.

Uma primeira tentativa de levante ocorreu em março de 1906. Na ocasião, as forças reunidas na Usina Aricá foram debeladas e o armamento que ali encontrado foi apreendido. A usina, situada na região de Cáceres, era de propriedade da família de Joaquim Augusto da Costa Marques, um dos Deputados Federais eleitos pela Coligação. A tentativa de levante confirma a hipótese de que a intenção da Coligação era, inicialmente, conseguir respaldo político para, em seguida, investir com o governo do Estado, como se verificou no caso do levante frustrado ocorrido logo após a apuração das eleições federais. (APMT, 1906, p. 02). A conflagração geral ocorreu meses depois, em junho. A arregimentação de homens e armas por parte da Coligação coube a Generoso Ponce, Pedro Celestino Corrêa da Costa e Joaquim Augusto da Costa Marques. A articulação dessas forças se deu a partir das cidades de Cuiabá (a Capital), Corumbá (principal porto do estado) e Cáceres.

Enquanto as tropas se preparavam para o combate, um telegrama vindo do Rio de Janeiro, assinado em conjunto por Joaquim Murtinho, José Maria Metello e Antônio Azeredo, constava a seguinte mensagem: "por intermédio Metelo conferenciamos Presidente [Rodrigues Alves], que prometeu

providenciar. Procurem evitar tanto quanto possível luta material, que pode diminuir o efeito de nossa vitória alcançada no Congresso" (CORRÊA FILHO, 1945, p. 69). Embora na transcrição feita por Virgílio Corrêa Filho não apareça o que o Presidente iria providenciar, é óbvio que qualquer ajuda enviada por Rodrigues Alves a Mato Grosso representaria, primeiramente, a interferência federal em um conflito estadual. Depois, como Totó Paes era aliado de Rodrigues Alves, caso fosse seguida a lógica da "política dos governadores"¹¹, a ajuda implicaria a permanência do poder nas mãos dos adversários da Coligação.

Embora não esteja dito no telegrama, é possível inferir que a ajuda mencionada fosse o envio da expedição militar chefiada pelo General Dantas Barreto, que se deslocaria do Rio Grande do Sul para Mato Grosso.¹² E, não obstante a mensagem tenha consignado: "**procurem evitar tanto quanto possível luta material**", o que nos parece é exatamente o contrário, ou seja, ao mencionar que o Presidente da República estava enviando socorro ao governo do estado, a mensagem enviada pela cúpula da Coligação mato-grossense no Rio de Janeiro indicava subliminarmente aos correligionários em Mato Grosso que, para preservar os interesses do grupo, eles deveriam investir contra Totó Paes antes que o apoio federal chegasse.

Diante da confirmação do envio de tropas federais, em meados de junho de 1906, as forças campeadas por Pedro Celestino e Virgílio Corrêa da Costa, no Norte do Estado, transpuseram o Rio Cuiabá estacionando próximo à Cuiabá, onde a defesa organizada por Totó Paes estava posicionada para impedir o avanço das forças adversárias. Em seguida, chegaram os homens arregimentados por Generoso Ponce em Corumbá.

As forças da Coligação se reuniram nos limites do perímetro urbano de Cuiabá, em 19 de junho. Ao todo, aproximadamente 4.000 homens, divididos em duas brigadas, cercaram os principais pontos de acesso à capital mato-

¹¹ Para a definição de "Política dos Governadores" ver: CARONE, Edgard. *A república velha (Evolução Política)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. (Coleção Corpo e Alma); LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Iuperj; São Paulo: Vértice, 1988.

¹² A ordem do presidente Rodrigues Alves para que a Expedição Dantas Barreto fosse enviada a Mato Grosso foi dada em 23 de maio de 1906, data muito próxima ao início daquela em que começou os preparativos dos coligados para o levante armado. Por isso, ao confrontar as datas é possível inferir que os líderes da coligação mato-grossense no Rio de Janeiro, tenham, através do telegrama acima mencionado, alertado seus correligionários sobre os acontecimentos em curso, para que eles pudessem evitar que o socorro oficial chegasse a Mato Grosso e atuasse na manutenção de Totó Paes no poder. Cf.

grossense, em uma espécie de círculo. As tropas do governo, na defensiva, tentaram impedir que o avanço dos homens de Generoso Ponce e Pedro Celestino tomasse a cidade. Logo, começaram as trocas de tiros que, além das tropas, atingiram também a população civil, que ficava à mercê da ação dos soldados em combate.

Aos poucos, as forças da Coligação conseguiram avançar para a região central de Cuiabá. A cidade tornou-se o palco central de mais um dos confrontos pelo poder travados em Mato Grosso, após a Proclamação da República. Na ação, as tropas de Totó Paes ficaram divididas em dois grupos isolados um do outro.

No início de julho, os coligados se aproximaram do Morro da Prainha, onde estava governador do estado, Para tentar escapar do cerco, em uma tentativa desesperada, ele fugiu. Juntamente com um pequeno grupo, encontrou uma brecha no cerco imposto pelas forças que sitiavam a área, indo em direção à Fábrica de Pólvora, situada mais ou menos a cinco léguas de Cuiabá. A ideia era encontrar refúgio até que o socorro federal chegasse.

Com a notícia da fuga, os coligados foram atrás de pistas que levassem ao paradeiro de Totó Paes. Depois de apreenderem um mensageiro que indicou o local onde o governador do estado se encontrava, um grupo chefiado pelo Coronel Joaquim Sulpício Caldas seguiu no encalço de Totó Paes. Os "fugitivos" foram localizados no raiar do dia 06 de julho de 1906, escondidos em um capão de mato, nos arredores da Fábrica de Pólvora.

Quando o governador e os homens que o acompanha perceberam que um grupo se aproximava, houve um disparo "imprudently desfechado no interior do capão [que] provocou a descarga cerrada dos atacantes e a dispersão da comitiva [do governador]" (CORRÊA FILHO, 1935, p. 57). Do combate, restou apenas um morto: Totó Paes, alvejado por dois disparos.

O corpo de Antônio Paes de Barros permaneceu no local em que foi abatido. Somente mais tarde, por volta do meio dia, é que as autoridades, incumbidas por Pedro Leite Osório, já investido de chefe do Executivo estadual, retornaram ao local para tomar as providências legais que a situação requeria.

BARRETO, Emídio Dantas. *Expedição a Matto Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1907, p. 70.

No mesmo dia de sua morte, foi enviado ao local pelo presidente em exercício, coronel Pedro Leite Osório, o chefe de polícia interino, Alfredo Otávio de Mavigner [genro de Generoso Ponce], acompanhado de dois peritos e três testemunhas para o reconhecimento cadavérico e para o exame de corpo de delito. O auto do exame foi redigido por Flaviano Gomes de Barros. Testemunharam os trabalhos os coronéis Severo José da Costa e Silva, Virgílio Alves Corrêa e Manuel Escolástico Virgínio (com exceção do primeiro, todos opositores de Totó Paes). Os peritos Dr. Estevão Alves Corrêa e o farmacêutico Luiz da Costa Ribeiro Filho, que efetuaram o exame de corpo de delito, apontaram como causa *mortis* “dois ferimentos por bala, sendo um próximo ao mamelão direito e outro abaixo do conduto auditivo esquerdo” (PORTELA, 2009, pp. 87/88. Destaques do autor)

Embora a narrativa feita por Virgílio Corrêa Filho, acima citada, afirme que "o disparo desfechado no interior do capão" tenha precipitado os tiros que mataram Totó Paes - sugerindo, portanto, que foi a atitude de alguém dentre os que estavam com o governador que desencadeou o tiroteio, resultando no que ocorreu na sequência - há uma contradição na descrição do laudo cadavérico, sobretudo no que tocante ao tiro desferido abaixo do "conduto auditivo esquerdo". Isso porque esse tipo de ferimento se parece com a descrição de uma execução.

Assim, faz sentido a ideia de que o que houve nos arredores da Fábrica de Pólvora foi um assassinato. Essa tese ganha ainda mais reforço se dermos crédito aos testemunhos recolhidos pelo General Dantas Barreto, após sua chegada a Cuiabá, que relataram ao militar que o corpo de Totó Paes apresentava vários sinais de violência. (BARRETO, 1907, p. 202)

A Expedição em socorro a Totó Paes chegou a Corumbá em 25 de junho de 1906. O cerco à Cuiabá e o fim do conflito ocorreram antes que o auxílio federal pudesse chegar ao seu destino. Isso porque a ligação mais rápida para chegar à capital de Mato Grosso se dava por via fluvial, a partir de Corumbá. Mas eram necessárias embarcações de menor porte, em função das condições de navegabilidade do rio Cuiabá. Sabendo disso, astutamente, Generoso Ponce desmobilizou todas as embarcações que poderiam fazer o transporte das tropas federais. Essa estratégia assegurou o atraso de chegada do reforço enviado pelo Presidente Rodrigues Alves a Mato Grosso gerando, conseqüentemente, a vitória da Coligação.

Parece inegável que a ameaça e, ao mesmo tempo, o ódio que Totó Paes despertou nos tradicionais políticos mato-grossenses motivaram a sua morte. As lideranças reunidas em torno da Coligação mato-grossense – partilhando das

mesmas convicções e afetos em relação a Totó Paes – mobilizaram homens e armas e investiram contra seu adversário. Para impedir que qualquer auxílio Federal valesse ao então Presidente do Estado a permanência no poder só restava às forças da Coligação uma atitude: eliminar fisicamente Totó Paes. Foi o que fizeram. (BARRETO, 1907, p. 131)

"Assassino, tirano, rústico": o ódio e a vingança como elementos da construção de uma imagem "demonizada" de Antônio Paes de Barros

A morte não colocou um ponto final aos embates que os adversários de Antônio Paes de Barros travaram contra ele. O suposto tiroteio nas cercanias da Fábrica de Pólvora foi apenas uma das etapas do acerto de contas entre o então Presidente de Mato Grosso e seus desafetos. Nas etapas seguintes, já vencido o corpo físico, os alvos foram seu legado material e político.

Após o conflito armado, tanto a casa particular de Totó Paes quanto a Fazenda Itaicí foram saqueadas. A família teve que mudar-se às pressas para o Rio de Janeiro. Na sequência, seus credores, entre os quais estava o 3º Vice-Presidente do Estado, João Batista de Almeida Filho, sócio da firma Almeida & Cia, que havia financiado a construção da Usina Itaicí, entraram na justiça para executar dívidas. Ao fim do julgamento, a Usina Itaicí, considerada a mais moderna do Estado, foi parar nas mãos da empresa Almeida & Cia.¹³

Para além do embate envolvendo a cobrança judicial das dívidas de Totó Paes, outro "enfrentamento" *post-mortem* abarcou a produção de narrativas sobre a história daquele período. Essas interpretações resultaram na construção de uma imagem "demonizada" de Totó Paes. Esse constructo procurou atribuir ao ex-governador todo o crédito pela violência e pelas mortes decorrentes dos embates políticos ocorridos desde 1899. Embora a face "demonizada" de Totó Paes estivesse sendo construída antes de sua morte, tal como se verifica nos textos publicados no periódico *A Reação*, depois de seu assassinato essas

¹³ Nas narrativas que tratam da trajetória política de Antônio Paes de Barros os detalhes sobre o processo de liquidação dos bens e das condições impostas à família de Antônio Paes de Barros aparecem, apenas, em fragmentos, por isso faltam detalhes de como o processo transcorreu. Cf: BARRETO, João Francisco Novaes P. *As revoluções em Mato Grosso e suas causas*. Cuiabá: IHGMT, 2005, p. 78; SOUZA, Antônio Fernando. *Antônio Paes e Barros e a política de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001, p.16/17.

representações transformaram Antônio Paes em uma espécie de "encarnação do mal".

Nos dias que se seguiram ao fim dos enfrentamentos de 1906, o periódico *A Colligação* se dedicou quase que exclusivamente a narrar os detalhes do confronto que pôs fim à atuação política de Totó Paes. O jornal reforçava, através de adjetivos, a imagem com a qual Antônio Paes de Barros passou a ser identificado após sua morte: "tirano, rústico e assassino". As narrativas acerca do que os articulistas chamavam de desmandos do então Presidente do Estado seguiram, incessantemente, meses a fio, após a sua morte.

Ao qualificá-lo como assassino, os artigos publicados em *A Colligação* procuravam também justificar a forma como Totó Paes foi morto. Segundo fragmento de matéria publicada no jornal:

A **revolução**, pois, que acabou de operar-se nesta capital, (...) foi senão pura consequência necess[ária], perfeitamente natural, dos desatinos e violências sem conta do governo do sr. Antônio Paes, que **desse modo colheu o fruto da semente que plantára** (sic). (Grifo nosso).¹⁴

O processo de "demonização" da imagem de Totó Paes continuou nos anos que se seguiram à sua morte. Nesta etapa, a narrativa de sua trajetória política saiu das páginas dos jornais e passou às dos livros. No "acerto de contas", a narrativa produzida acerca dos acontecimentos que culminaram com a morte do governador, em linhas gerais, não se afastou daquilo que os jornais reportaram inicialmente. Ao contrário, a imprensa foi, não raro, o subsídio utilizado por autores como Virgílio Corrêa Filho, que seguiram atribuindo as responsabilidades das lutas e enfrentamentos armados vivenciados desde 1899 sobre os ombros de Antônio Paes de Barros¹⁵.

Essas narrativas rememoravam à atuação de Antônio Paes de Barros desde o momento em ele se engajou na campanha contra Ponce, em 1899. A ênfase dada a sua atuação realça, como traço central, o uso da força para obtenção e manutenção de seu poder. As considerações sobre o fato de que foi sua condição de homem de armas que o alçou à condição de aliado dos

¹⁴ APMT. Aos nossos detratores do congresso nacional e da Imprensa fluminense. *A Colligação*. Cuiabá, 16 de set. de 1906, p.2.

¹⁵ Em muitos dos textos escritos por Virgílio Corrêa Filho fontes, como o periódico *A Colligação*, são utilizados sem que uma análise crítica, pressuposto da escrita histórica contemporânea, fosse realizada. A observação que realizamos não é necessariamente uma contestação a esse autor. Ao contrário, não desconhecemos o fato de que tomar o discurso das fontes como verdade e, às vezes, se apropriar delas, era prática comum aos escritores das primeiras décadas do século passado.

Murtinho ficaram em segundo plano. Já a face progressista de Totó Paes, demonstrada ao longo de seus três anos de governo, foi completamente escamoteada em tais narrativas.

Ele também é representado como traidor dos mato-grossenses por ter apoiado o Presidente Rodrigues Alves no caso do Tratado de Petrópolis (1903). Rotulado de "insubmisso", foi acusado de não ter observado as regras do jogo partidário que o colocava sob a autoridade dos Murtinho.

Dentre as narrativas que constroem essa imagem "demonizada" de Antônio Paes de Barros estão: *A República em Mato Grosso*, texto escrito por Virgílio Corrêa Filho, autor influente no meio intelectual mato-grossense e um dos principais intérpretes da história local no século XX, publicado em duas partes que saíram a lume, respectivamente, em 1933 e 1935, pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, e *Generoso Ponce, um chefe*, de autoria de Generoso Ponce Filho.

A narrativa de Corrêa Filho apresenta uma carga simbólica bastante significativa no que tange a sua reapresentação do real: reproduz a imagem de Antônio Paes de Barros como um empresário que "revivia (...) anacronicamente o regime feudal", que "desconhecia" ou "desprezava o princípio civilizador" na "relação com seus empregados", constituindo em sua Usina Itaicí, um "pequeno Estado medieval" (CORRÊA FILHO, 1935, p. 9).

Cabe notar, no que tange às relações que mantinha com seus empregados, a postura de Totó Paes, caracteriza por Corrêa Filho, não era diferente da que outros usineiros praticavam comumente na região. Como notado por Valmir Batista Corrêa, até o início dos anos 1930, em muitas fazendas ainda havia regimes de trabalho análogos à escravidão. Muitos fazendeiros mantinham troncos no pátio central das fazendas e casas de suplício. (CORRÊA, 2006, P. 45).

Corrêa Filho destaca em Antônio Paes de Barros o "autoritarismo da índole" e a "submissão a nenhuma chefia política". Além dos traços de caráter que marcaram e que afastaram Totó Paes das tradicionais lideranças mato-grossenses, havia também o seu lado "sanguinário". Nesse sentido, Corrêa Filho afirma que, por ocasião dos preparativos para o levante de 1906, os líderes coligados tinham na memória as mortes e perseguições de 1900 e 1901. O que Corrêa Filho objetivava era demonstrar um feixe de aspectos que, de acordo com

a sua interpretação, identificavam Antônio Paes de Barros não como "um", mas como "o" senhor do "baraço e do cutelo" das terras mato-grossenses.

A narrativa de Virgílio Corrêa Filho está marcada, por um lado, pelos laços familiares que o vinculam ao grupo que confrontou Antônio Paes de Barros. Filho de um dos líderes do levante, o coronel Virgílio Corrêa e sobrinho de Antônio e Pedro Celestino Corrêa da Costa - dois dos principais aliados de Generoso Ponce - a análise de Virgílio Corrêa Filho promove a defesa do grupo que sagrou-se vitorioso, o mesmo ao qual seus familiares estavam vinculados. Por outro lado, é uma escrita que está investida de carga simbólica oriunda do lugar de onde ele fala, o Instituto Histórico e Geográfico Mato-Grossense - IHGMT, o qual, pela própria natureza de sua constituição, é um espaço destinado à construção da história oficial do lugar.

Ao observarmos o trabalho Corrêa Filho (2006, p. 45) verificamos que a narrativa dos fatos e os (res)sentimentos formam uma trama, fato que dificulta verificar onde termina o papel do "historiador" e começa o do "sujeito" enredado em sua própria história. Seu trabalho permite, desse modo, uma conclusão: a narrativa que se tornou dominante sobre a atuação política de Antônio Paes de Barros foi a narrativa "dos vencedores".

Na esteira dessa assertiva, apresentamos outro texto que corrobora a "vilania" de Totó Paes: *Generoso Ponce, um chefe*, escrito por Generoso Ponce Filho, em 1952. Trata-se de uma memória que o filho dedica à trajetória de seu pai, Generoso Ponce. Escrito em comemoração ao centenário de nascimento de Ponce, a narrativa deixa transparecer claramente o ódio e o ressentimento que permearam a relação política que antagonizou Generoso Ponce e Totó Paes. Ao fazer referência à atmosfera das vésperas do levante da Coligação o autor afirma que "os ódios" estavam prestes a "explodir", e que esses sentimentos eram oriundos "dos cimos das cóleras reprimidas". (PONCE FILHO, 1952, 384).

A obra de Generoso Ponce Filho, tomada como um todo, heroifica as ações de seu pai. Para tanto, o autor não polpa esforços em descaracterizar a trajetória de Totó Paes, imputando ao grande adversário de Generoso Ponce a culpa pelas "mazelas" que marcaram a política local no período em que Ponce e Paes de Barros disputavam o poder em Mato Grosso.

O confronto realizado no âmbito historiográfico também foi um "enfrentamento" no qual Antônio Paes de Barros foi derrotado. Essa derrota,

acreditamos que ocorreu porque aqueles que poderiam sair em "defesa" ou produzir outra versão sobre aquele período da história local se mantiveram em silêncio por longos anos. O primeiro texto dedicado a "rebater" as críticas feitas a Antônio Paes de Barros na tentativa de "reparar sua memória", foi produzido por Antônio Fernando de Souza, na década de 1950.

Antônio Fernando de Souza era um dos intelectuais que trabalharam com Totó Paes, tanto na Usina Itaicí como na administração do Estado. Ele, juntamente com Estevão de Mendonça, dirigiu a publicação da revista *O Arquivo* no período de 1904 e 1905. (CORRÊA, 1994, p. 271-278). O texto publicado por ele, intitulado *Antônio Paes e Barros e a política de Mato Grosso*, também tem um caráter memorialístico. Todavia, ao contrário da natureza dos textos acima citados, o de Antônio Fernando é superficial e peca por tratar a biografia de Totó Paes de forma romântica. O texto ainda não apresenta fontes e documentos que permitam ao leitor situar a atuação do ex-Presidente de Mato Grosso no interior do universo coronelístico ao qual ele pertencia.

O outro trabalho que tenta traçar uma versão diferente das de Virgílio Corrêa Filho e Generoso Ponce Filho é *As Revoluções de Mato Grosso e suas causas*, de Joaquim F. N. Paes Barreto. Essa obra permaneceu inédita até 1997 e conserva o caráter biográfico-memorialístico. Embora seja um texto enxuto e também careça de apontar fontes que circunstanciam e fundamentem a narrativa, o relato do autor, ao ser confrontado com outras fontes, oferece subsídios mais consistentes sobre a trajetória de Totó Paes.

As narrativas nas quais predominam os (res)sentimentos contra a figura do ex-governador de Mato Grosso permearam a construção de uma "história oficial" do estado e se mantiveram como referência, quase exclusiva, desta primeira fase da República em Mato Grosso até a década de 1980, momento em que as produções oriundas dos cursos universitários de História passaram a revisitar o período, resultando em interpretações de caráter diverso ao das que predominavam até então.

Pensando no processo de demonização da biografia de Antônio Paes de Barros recorro a assertiva de Pierre Ansart, que afirma que: "a revolta pensada projetada sobre as condições vividas, sobre a experiência cotidiana, uma totalidade de significados", verificamos que a trajetória de Antônio Paes de Barros – associada ao contexto de enfrentamentos armados em Mato Grosso – da

maneira como foi "pensada" por Virgílio Corrêa Filho e Generoso Ponce Filho, colocou em primeiro plano seu lado "sanguinário". Tais narrativas conferem legitimidade ao discurso daqueles que foram sagrados vitoriosos, atribuindo a esses, pessoas às quais os autores estavam ligados por laços de sangue, o papel de fundadores e defensores da República mato-grossense.

Assim sendo, talvez a melhor síntese sobre a trajetória de Antônio Paes de Barros, trajetória essa situada no interior de espaço-tempo em que o uso da força por si só não bastava, tenha sido dada por Dantas Barreto. Esse autor afirmou que "da sua Usina do Itaici," Antônio Paes de Barros "passou às atraentes chamas do inferno político"; ao subestimar a capacidade de rearranjo de seus oponentes, tornou-se vítima da sua própria linguagem política e "perdeu-se nesse labirinto onde ficou para sempre" (BARRETO, 1907, p. 35).

Os episódios que marcaram a história de Antônio Paes de Barros, bem como os enfrentamentos armados que ocorreram desde a Proclamação da República, revelam a proeminência da violência no trato do político no Estado de Mato Grosso na primeira e segunda década do regime republicano.

Os confrontos entre facções intraoligárquicas, todavia, não foram exclusivos da política mato-grossense. Conforme se pode verificar em diversos estudos que tratam do fenômeno do coronelismo no Brasil, eles estão relacionados ao processo de redimensionamento e/ou luta pela manutenção do poder, desencadeado pela instituição do regime republicano.

Assim sendo, esses episódios de enfrentamento armado não revelam uma violência fortuita, desenraizada, sem lastro cultural. Como nota, por exemplo, Maria Silvia de Carvalho Franco, ao analisar as relações sociais dos homens livres no Brasil do século XIX, "o ajuste violento se integra nas modalidades "tradicionais" do agir". Trata-se de uma *violência costumeira* presente nas mais diversas instâncias do social que é instrumentalizada para um fim específico: a luta pelo controle do poder (FRANCO, 1997, p. 30).

Dessa forma, a expressão "terra do baração e do cutelo", usada por Valmir Batista Corrêa para designar a violência em Mato Grosso, se aplica a uma realidade muito maior, caracterizando, portanto, um dos aspectos que denotam a cultura política republicana brasileira. Em outras palavras, significa dizer que durante a Primeira República a violência tornou-se um dos recursos utilizados pelos grupos para a conquista e/ou manutenção do poder.

Considerações sobre a papel de Antônio Paes de Barros na política mato-grossense

A audácia de Totó Paes, ao tentar tornar-se independente das tradicionais forças políticas mato-grossenses, provocou a ira de seus opositores, uma vez que a disputa entre os grupos mais “tradicionais” continha, de certo modo, uma ética caracterizada pelo respeito ao capital político estabelecido por cada um deles desde antes do início da República. Ao tentar romper, num curto espaço de atividade política, com essa ética, e impor um novo segmento de poder, Totó Paes mobilizou as forças políticas, que mesmo contrárias em determinado momento, acabaram se realinhando em torno da potencial ameaça política que o usineiro representava.

O cerco à cidade de Cuiabá, a luta armada e mesmo o desfecho do conflito de 1906 podem ser interpretados, também, como um recado às pretensões de novas lideranças que pudessem tentar se insurgir sem respeito às regras estabelecidas para o jogo naquele campo político em construção.

Considerando o cenário de disputas pelo controle do mando no Estado, Cuiabá foi o palco de violências explícitas, traduzida sob a forma de confrontos armados, utilizados como linguagem do político, empregada por atores que dispunham da "capacidade de mobilizar homens em armas" ou condições de fazer alianças com aqueles que fossem capazes de mobilizar exércitos particulares e cooptar forças oficiais para defender os interesses de um determinado partido ou facção política. (FANAIA, 2006, P. 94). Verifica-se, desse modo, que o uso da violência como linguagem do político, nesse sentido, foi uma das componentes que caracterizam as práticas políticas em Mato Grosso, nos anos iniciais da República.

É importante, também, situar nesta discussão as motivações afetivas que, além da ordem racional, conduzem as atitudes humanas. O desfecho do conflito de 1906, se inscreve perfeitamente nas observações feitas de Pierre Ansart (2004, p. 22). A partir da análise dos trabalhos de Nietzsche, Marx e Merton, o autor escreve que “nas disputas políticas, o ódio comum possibilita o esquecimento de querelas internas e assegura a união em uma mesma

comunhão de ódio”. Esse ódio comum propiciou a reaproximação entre Generoso Ponce e os Murtinhos com a finalidade de aniquilar Totó Paes.

Para além do ressentimento que culminou com sua trágica saída do poder, a conjuntura em que se deu a morte de Totó Paes constitui-se em aspecto importante para compreender a imersão de sua biografia política nesta espécie de limbo em que ainda hoje se encontra. A partir daquele momento, a falta de continuidade de um grupo político para justificar e sustentar a versão do governador assassinado e o conseqüente distanciamento em relação a sua atuação política impostos por antigos parceiros, como os Murtinho, contribuíram para que sua voz fosse silenciada. A memória que dele foi mantida viva, por meio de jornais e mesmo pela geração política ao qual ele pertenceu, se prendeu aos ressentimentos, passando a ser cultuada como a de um homem cruel, tirânico, traidor e inescrupuloso.

Neste sentido, para os políticos mato-grossenses distanciar-se da figura de Totó Paes foi fundamental para a imagem dos grupos que continuaram na disputa pelo controle político do estado, já que, conforme escreve Michael Pollack (1989, p. 10), “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”.

O processo de “demonização”, ou o uso da violência das palavras para a detração do sujeito, também se explica segundo o que escreve Pollak (1989, p. 09), porque:

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.

Manter a coesão interna e as fronteiras daquilo que o grupo tem em comum (...) eis as duas funções essenciais da memória comum.

Desse modo, na década de 1920, momento em que as lideranças cuiabanas concluíam o processo de (re)organização de suas práticas políticas e que procuravam se posicionar em relações a segmentos políticos e econômicos emergentes, como as lideranças do sul do estado, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT cumpriu o papel de consolidar a memória de seus heróis e referências políticas, sobretudo aqueles que se tornaram objeto de culto da elite cuiabana. Diante da impossibilidade de apagar a memória de

Antonio Paes de Barros, restava, portanto, demonizá-lo para a posteridade o que de pior esse sujeito histórico representava para a história política local.

REFERÊNCIAS

Jornais

A Colligação

A Reação

O Estado

O Republicano

Bibliografia

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

BARRETO, Emídio Dantas. *Expedição a Matto Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1907.

BARRETO, João Francisco Novaes Paes. *As revoluções de Mato Grosso e suas causas*. Cuiabá: IHGMT, 2005.

CARONE, Edgard. *A república velha (Evolução Política)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. (Coleção Corpo e Alma)

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

CORRÊA FILHO, Virgílio. A República em Mato Grosso. *Revista do IHGMT*, Ano XVII, Tomos XXXIII e XXXIV, 1935.

_____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1969.

FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. 2006. 291 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. *A o(я)dem republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização das práticas políticas – 1889-1917*. 231 fls. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"-UNESP, Franca-SP, 2014.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Iuperj; São Paulo: Vértice, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDONÇA, Rubens. *História das revoluções em Mato Grosso*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1970.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 03-15.

PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952.

PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009 (A), 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

_____. O povo na Primeira República em Mato Grosso. In: *Documento Monumento*. Cuiabá, vol. 01, no. 01, 2009(B), pp. 127-142.

PÓVOAS, Lenine C. *O ciclo do açúcar e a política em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2000.

SOUZA, Antônio Fernandes de. *Antônio Paes de Barros e a política em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.